

Memórias feministas reveladas: uma sondagem no fundo do SNI do Arquivo Nacional

Feminist memories revealed: a survey in the background of the National Archive SNI

Giseli Milani Santiago Balbino (1), Renato Pinto Venâncio (2)

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), giseli.milani@yahoo.com (1),
venancio.renato@gmail.com (2)

Resumo

O feminismo, nas décadas de 1970 e 1980, tinha como objetivo a resistência ao autoritarismo. Como forma de vigilância e repressão a conduta de cidadãos e movimentos adversos à ditadura civil-militar, foram criados aparelhos estratégicos de informação, sendo um deles o Serviço Nacional de Informações (SNI). A produção acadêmica tem explorado a temática do SNI, entretanto, há uma lacuna quanto a questão do feminismo nos documentos produzidos e acumulados por essa instituição, e como ela observou a atuação desse movimento social e político. Objetiva-se, na presente comunicação, apresentar uma investigação em relação ao movimento feminista e o feminismo no fundo do SNI, disponibilizados na base SIAN/AN, no período de 1975 a 1989, data inicial e final em que aparece o tema documentado por esse fundo. A metodologia consistiu em análise exploratória de 70 dossiês selecionados e em seus documentos em que aparecem os termos “feminismo” e “movimento feminista”. A partir dos temas mais recorrentes foi selecionado um dossiê que foi explorado e apresentado nesta pesquisa. Os documentos mais relevantes foram: “Relatórios de informação de agentes infiltrados sobre reuniões, palestras, encontros do movimento feminista”; “Relatórios analíticos dos agentes do SNI sobre a literatura circulante com o tema feminismo”; “Relatórios de informação de periódicos sobre o movimento feminista no Brasil”. O despertar da consciência feminina aparece nos dossiês analisados, assim como a luta das mulheres pela sua liberdade e espaço na esfera pública. Nas décadas de 1970 e 1980, observa-se que o movimento feminista toma corpo e as teorizações sobre o tema tornam-se efervescentes, com propostas de mudanças cultural e política. Na presente comunicação, a opacidade das mulheres nos arquivos públicos é questionada, através de pesquisa da atuação feminina numa sociedade representada majoritariamente por estruturas de poder masculinas.

Palavras-chave: Feminismo, Movimento Feminista, SNI, ditadura civil-militar.

Abstract

Feminism in the 1970s and 1980s aimed to resist authoritarianism. As a form of surveillance and repression of the conduct of citizens and movements adverse to the civil-military dictatorship, strategic information devices were created, one of which was the National Information Service (SNI). Academic production has explored the theme of the SNI, however, there is a gap regarding the issue of feminism in the documents produced and accumulated by this institution, and how it observed the performance of this social and political movement. The objective of this communication is to present an investigation in relation to the feminist movement and feminism in the SNI fund, available in the SIAN/AN database, in the period from 1975 to 1989, the initial and final date in which the theme documented by this article appears. background. The methodology consisted of an exploratory

analysis of 70 selected dossiers and their documents in which the terms “feminism” and “feminist movement” appear. From the most recurrent themes, a dossier was selected that was explored and presented in this research. The most relevant documents were: “Information reports from undercover agents on meetings, lectures, meetings of the feminist movement”; “Analytical reports from SNI agents on the circulating literature on the topic of feminism”; “Periodic information reports on the feminist movement in Brazil”. The awakening of female consciousness appears in the analyzed dossiers, as well as the struggle of women for their freedom and space in the public sphere. In the 1970s and 1980s, it is observed that the feminist movement takes shape and theorizations on the subject become effervescent, with proposals for cultural and political changes. In the present communication, the opacity of women in the public archives is questioned, through research on the role of women in a society represented mostly by male power structures.

Keywords: Feminism, Feminist Movement, SNI, civil-military dictatorship.

1 INTRODUÇÃO

O feminismo no Brasil remonta ao Brasil Império, onde, na primeira metade do século XIX, as mulheres reivindicaram direito à educação, já que era restritivo o acesso delas ao ensino (TELES, 1993). Por volta de 1870 em diante, as também mulheres participam do movimento abolicionista, colaborando com as atividades da campanha, como no caso de Nísia Floresta Brasileira Augusta, defensora da liberdade, da educação, emancipação da mulher e instauração da República. Neste mesmo período, são editados jornais por mulheres, sendo o primeiro “O jornal das senhoras”, com início de circulação em 1852, editado por Joana de Paula Manso, ajudando a disseminar informações sobre as ideias e crenças femininas, como a defesa de direitos, maternidade, moda, teatro, cuidados domésticos e saúde (TELES, 1993). Entretanto, as grandes mudanças em termos da representatividade política feminina tiveram de esperar as manifestações de busca de direitos sindicais e de voto feminino nos países europeus, notadamente na França e a Inglaterra, que acabaram por influenciar diretamente as mulheres latino-americanas.

Em 1920, na República, Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz fundam, no Rio de Janeiro, a “Liga de Emancipação Internacional da Mulher” cujo objetivo era direcionar estudos para alcançar a igualdade política das mulheres (SOUSA; SOMBRIO; LOPES, 2005). Bertha Lutz também organiza e funda, em 09 de agosto de 1922, a “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, desencadeado pelo movimento pró-sufrágio feminino. A Federação tinha como reivindicações: “além do voto feminino, a instrução da mulher, a proteção às mães e à infância, e uma legislação reguladora do trabalho feminino” (CPDOC, 2009, *on-line*).

Porém, o direito ao voto só foi declarado legal no Código Eleitoral de 1932. Teles (1993) ainda destaca, em relação a 1924, a ação das mulheres na “Coluna Prestes”, que dava continuidade ao movimento tenentista do Brasil. As então denominadas “vivandeiras”,

apoiadoras dos homens engajados, realizavam serviços de enfermagem e domésticos nos destacamentos, além de fornecer informações importantes colhidas junto aos moradores da região atravessada pela “Coluna”.

Em 1934, surgiu a “União Feminina”, organizada principalmente por operárias, como parte da Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento popular contra o regime Vargas que, em 1935, teve todas as dirigentes presas. Uma de suas integrantes, Olga Benário Prestes, que era visada pelo nazismo alemão, foi presa, deportada para Alemanha, internada em um campo de concentração onde deu à luz à filha, sendo em seguida assassinada pela Gestapo (TELES, 1993).

Em 1937, com o golpe de Getúlio, as mulheres passaram a resistir à ditadura e defender a democracia. Com o final de 2ª Guerra Mundial, em 1945, surgiu o Comitê de Mulheres pela Democracia, no Rio de Janeiro, no intuito de consolidar a participação das mulheres na igualdade de direitos em âmbito profissional, administrativo, cultural e político. Entretanto as ações até aí desenvolvidas não reverberaram na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, já que nenhuma mulher fazia parte dessa constituinte.

Em 1952 realizou-se a 1ª Assembleia Nacional das Mulheres, pela defesa da mulher, da infância e pela paz mundial, com representantes de 9 estados. Em maio de 1956, foi realizada a Conferência Nacional de Trabalhadoras (TELES, 1993).

De acordo com Céli Pinto (2009), a década de 1960 foi pautada por uma dinâmica mundial de ideais libertários, com o feminismo lutando por espaço e uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, com estas últimas militando pela autonomia para decidir sobre “sua vida e seu corpo” (PINTO, 2010, p. 16). Nessa mesma época, no Brasil, observa-se uma tensão criada no âmbito político pela renúncia de Jânio Quadros e a assunção de Jango, com suas ideias democráticas e populistas, que desagradavam os militares, os americanos e a classe média, pelos perigos de uma suposta instauração do “comunismo”. Assim, em 1964, eclodiu o golpe civil-militar, que instaurou a repressão da política deu origem às guerrilhas contra o autoritarismo. A ditadura civil-militar levou as associações feministas a obscuridade, voltando a tomar impulso apenas em 1975, no Ano Internacional da Mulher, oficialmente declarado pela ONU (TELES, 1993). O movimento feminista era visto com grande desconfiança pela ditadura civil-militar, suspeitando-se da conduta moral e política de sua liderança, percebendo-o como um movimento democrático, em defesa da liberdade, e crítico ao governo militar.

Muitas mulheres foram detidas, torturadas e assassinadas, militantes ou não, pelos órgãos de repressão política, o que determinou o retorno do feminismo, cujo objetivo passou a

ser a resistência ao autoritarismo e o combate à situação de coadjuvante da mulher, uma vez que era considerada incapaz aos olhos da Lei. As mulheres engajadas no feminismo eram vistas como ameaça aos homens e às mulheres conservadoras: “para eles quem estava sendo ameaçada era a família, que se desagregaria com a mulher que não tivesse mais como a única função servir ao marido e procriar” (COLLING, 1997, p. 40).

Como forma vigília e repressão à conduta de cidadãos e movimentos “adversos”, a ditadura civil-militar criou aparelhos estratégicos de informação, sendo um deles o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado através da Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, com as finalidades de: assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contrainformação afetas aos ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais; estabelecer e assegurar, as ligações com os governos de estados, com entidades privadas e, quando for o caso, com as administrações municipais; proceder a coleta de avaliação e integração das informações e promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das diretrizes decorrentes dessa análise.

O SNI contava com uma estrutura hierárquica que continha um órgão central em Brasília e serviços regionais estabelecidos nos estados da federação. Era composto de agentes oriundos, em sua maioria, de servidores públicos, avaliados pela sua conduta e formação. Estes agentes, se aprovados, recebiam treinamento para agirem como infiltrados dentro dos diversos grupos, incluindo-se os grupos feministas. O SNI produzia relatórios e recolhia documentos acerca instituições supostamente “subversivas” e “comunistas”. Tais documentos eram encaminhados a múltiplas instâncias oficiais, uma vez que eram o alicerce para manter a ditadura civil-militar.

O SNI perdurou até 1990, produzindo informações e as disseminando no Estado brasileiro, sendo extinto no governo Collor de Melo. Seu acervo foi recolhido apenas em 2005 pelo Arquivo Nacional. O Fundo SNI está disponibilizado na base de dados do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), registrado sob a denominação “Fundo/Coleção V8 – Serviço Nacional de Informações”, com datas limite de 1967-1999, constando documentos em diversos suportes. Atualmente, esse fundo se encontra organizado, digitalizado e disponível para acesso, mediante cadastro do usuário. O acervo SNI foi nominado Memória do Mundo (internacional) em 2011, recebendo a chancela da UNESCO.

O Arquivo Nacional (AN) é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA), da administração pública federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O AN é a instituição de maior em representatividade arquivística do Brasil, e o recolhimento do fundo SNI em suas instalações demonstra a importância dessa

instituição arquivística, que tem como atribuição preservar os registros da história do país, além de primar pelo acesso aos documentos arquivísticos ali custodiados.

A disponibilização destes documentos para a sociedade faz parte de um movimento de reparação de injustiças, que foi bandeira dos movimentos feministas. Segundo Elias e Rodrigues (2019), a motivação para a abertura dos arquivos do regime ditatorial nasceu a partir da década de 1990, na luta por justiça e verdade, por parte dos familiares dos mortos e desaparecidos. Tal iniciativa se intensificou nos anos 2000, através de movimentos políticos e sociais da América Latina, que buscavam punição dos agentes públicos responsáveis por atrocidades cometidas nos períodos ditatoriais.

A produção acadêmica tem explorado a temática do SNI, entretanto, há uma lacuna quanto a questão do feminismo nos documentos produzidos e acumulados pela instituição, e de como eles registraram a atuação desse movimento social, político e cultural.

A análise do movimento feminista no Fundo SNI é uma questão de interesse público e de acesso justo e democrático à informação, sendo essas questões área de atuação da Arquivologia como Ciência Social Aplicada. O objetivo deste trabalho, considerando essa dimensão, apresenta o movimento feminista e o feminismo no fundo do SNI, que contém dossiês digitalizados e disponibilizados na base SIAN/AN. O presente estudo teve como foco a seguinte pergunta: como são representados o feminismo e o movimento feminista nos documentos arquivísticos contidos em dossiês pertencentes ao fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI), preservados no Arquivo Nacional?

Justifica-se essa análise devido à necessidade de se pesquisar o conteúdo do fundo SNI, no que tange à temática feminina, valorizando a preservação, difusão e acesso desses conjuntos documentais arquivísticos, além de demonstrar a importância da publicização desses dossiês, como registros de uma época de opacidade, restrição e perseguição às cidadãs brasileiras.

A metodologia consistiu em análise exploratória de 70 dossiês selecionados e seus documentos em que aparecem os termos “feminismo” e “movimento feminista”. Foram verificados os principais temas presentes nos dossiês e, dos temas mais recorrentes, foi selecionado um dossiê que foi explorado e apresentado nesta pesquisa.

2 O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)

O SNI, órgão ligado a Presidência da República, foi criado em 1964, substituindo o Serviço Federal de Informações e Contrainformações, e seu primeiro chefe foi o General

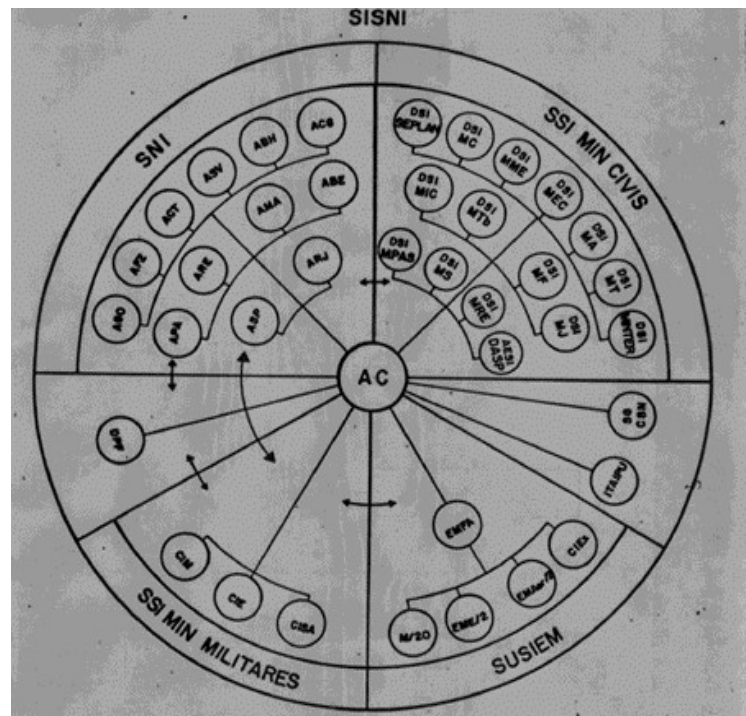
Golbery do Couto e Silva. Golbery designava esse serviço como “ministério do silêncio”, desligado das atividades administrativas do governo, mas intervindo em vários de seus assuntos (RODRIGUES, 2017). Não por acaso, o SNI era considerado um “superministério” (COLLING, 1997, p. 27), pelo seu alcance e sua inviolabilidade. Certa vez, foi denominado por seu criador como um “Monstro” (COLLING, 1997; RODRIGUES, 2017), provavelmente pela ausência de controles externos a esse órgão.

O SNI produzia e coletava informações das mais diversas, oriundas de suas agências nos estados e no órgão central em Brasília, também tratava essas informações e as filtrava produzindo relatórios de inteligência. Conforme ratifica Fico (2001, p. 43): “Portanto, embora seja compreensível a leitura sobre o SNI que tende a identificá-lo como órgão repressivo (mesmo porque pouco se sabia, até recentemente, sobre os “porões da ditadura”) ele era, na verdade, precipuamente um órgão de informações”.

O projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional, através da Mensagem de 11 de maio de 1964, apresentando o Serviço Nacional de Informações, corrobora as afirmações de Fico (2001). O documento justifica que o Poder Executivo requer “informações seguras, oportunas e convenientemente analisadas e avaliadas que sirvam de base às múltiplas decisões a tomar, inclusive no quadro da própria Segurança Nacional”. Tal documento relata, ainda, que o Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI) não tinha autonomia para atuação em alto nível da administração pública, como nos diversos Ministérios e em outros órgãos de cúpula do serviço público, e nem tão pouco podia espionar o Presidente da República (ARQUIVO NACIONAL ([2022a])). Por fim, alertava-se que a criação desse serviço era urgente, que a sua natureza não se confundia com a de um órgão policial, ou de qualquer órgão do Departamento Federal de Segurança Pública.

O SNI era o órgão do Sistema Nacional de Informações (SISNI), atuando como sua Agência Central, ou seja, como o cérebro do Sistema (Figura 1).

Figura 1. Sistema Nacional de Informações



Fonte: Materiais/transparências de cursos para treinamento. Arquivo Nacional, Fundo SNI, cód. ABRDFANBSB V8.TXT, ESN.0.8 – Dossiê.

Sua estrutura interna contava com uma chefia, uma secretaria administrativa, uma inspetoria de finanças, uma agência central em Brasília e agências regionais nos estados, a saber: Agência de Goiânia (AGO), Agência de Fortaleza (AFZ), Agência de Curitiba (ACT), Agência de Salvador (ASV), Agência de Belo Horizonte (ABH), responsável também pelos estados de Pará e Maranhão, Agência de Curitiba, Agência de Porto Alegre (APA, Agência Recife (ARE), Agência Manaus (AMA) Agência Belém (ABE), Agência do Rio de Janeiro (ARJ), responsável também pelo estado do Espírito Santo, e Agência de São Paulo (ASP).

O SISNI ainda contava com o Sistema Setorial de Informação dos Ministérios Civis (SSI MIN Civis), que continha Divisões de Segurança e Informações (DSI) dos Ministérios Civis e o Sistema Setorial de Informação dos Ministérios Militares (SSI MIN Militares), assim como o Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM), que agrupava as “segundas seções” da Marinha, Exército e Aeronáutica, destacando-se o papel que tinham de vigilância de brasileiros exilados, informando ao SNI, à inteligência das forças armadas e à polícia federal sobre a movimentação destes indivíduos (RODRIGUES, 2017). Também é possível perceber a presença dos serviços de informação em empresas públicas, como a Itaipu Binacional, que possuía a Assessoria de Especial de Segurança e Informações para vigilância

e espionagem na tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina (SILVA, 2010).

Durante o governo Médici (1969-1974), para formar recursos humanos compatíveis com as funções do SNI, foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), que formava 120 pessoas/ano aproximadamente, sendo 90 civis, com perfil etário mais jovem (FICO, 2001). Os documentos circulantes (informes, notícias, panfletos etc.), coletados pelos órgãos de informação, eram anexados pelo agente de informações a um “relatório de informação”, resultante de uma análise das questões relevantes sob a ótica do sistema de vigilância. A apresentação das informações deveria seguir princípios da administração pública, velando pela objetividade, segurança, clareza e imparcialidade. Apesar dessas recomendações, Fico (2001, p. 97) caracteriza as informações produzidas como “texto bastante subjetivo, vazado no obscuro jargão da comunidade e inteiramente parcial”, sendo essa caracterização também válida em relação aos registros do movimento feminista.

3 FEMINISMO NO ACERVO SNI

Quanto ao movimento feminista, vê-se que, nas décadas de 1970 e 1980, a luta era pela liberdade e recuperação da cidadania, contra todas as formas de opressão. A feminista geralmente era encarada pelo órgão de repressão como engajada em um movimento imoral, e até mesmo antifeminino, pois, supostamente, as militantes desse movimento negavam sua identidade de “mulheres”, por adotarem um comportamento “masculino”, também negando eventualmente o casamento e participando da luta armada contra a ditadura civil-militar (SARTI, 2001).

Para além desses *clichês*, Sarti (2001) apresenta duas tendências principais do movimento feminista no Brasil, uma voltada para a organização política, que tinha como foco as questões relativas ao trabalho, ao direito e ao poder político, que deveriam ser realocados entre os sexos. A outra linha preocupava-se com as questões de relação interpessoais no campo privado, com grupos de reflexão e convivência. Com a luta pela anistia, as feministas da primeira corrente alcançaram destaque, principalmente a partir de 1980, fenômeno em grande medida decorrente do retorno das exiladas, que traziam a influência do feminismo europeu em sua bagagem (SARTI, 2001).

Tendo em vista o contexto do final da ditadura civil-militar, é preciso descortinar a participação do movimento feminista e apresentar com clareza a luta das mulheres, ou seja, as tornando visíveis para a sociedade. Estudar os acervos arquivísticos que são indícios e provas dessa atuação permite vislumbrar, mesmo sendo relatos de uma instituição patriarcal e em sua

maioria masculina, como agia o movimento feminista e como se apresenta nos registros documentais.

A partir da pesquisa realizada na base SIAN do Arquivo Nacional, com os termos “feminismo e movimento feminista” foram recuperados 70 dossiês, relativos ao período de 1975 a 1989. Nesse conjunto, foram identificados temas que eram comuns e seriados:

- Relatórios de informação de agentes infiltrados sobre reuniões, palestras, encontros do movimento feminista – **28 dossiês;**
- Relatórios analíticos dos agentes do SNI sobre a literatura circulante com o tema feminismo (panfletos, boletins, recorte de jornais e revistas) – **28 dossiês;**
- Relatórios de informação de periódicos sobre o movimento feminista no Brasil – **9 dossiês;**
- Relatório sobre criação de entidade feminista – **2 dossiês;**
- Informativos contendo histórico das atividades (pessoais e profissionais) de pessoas relacionadas ao movimento feminista – **2 dossiês;**
- Declaração de mulheres detidas por portar alguma literatura do tema – **1 dossiê.**

Tendo em vista a importância, em termos quantitativos e qualitativos, das três primeiras séries de relatórios, escolheu-se a análise de 1 dossiê de cada tema para descrição e investigação daquilo que era registrado pelo SNI sobre movimento feminista e o feminismo.

Séries de relatórios:

- Relatórios de informação de agentes infiltrados sobre reuniões, palestras, encontros do movimento feminista: O dossiê escolhido para análise foi para a Agência Central enviado pela Agência Regional de Belo Horizonte recebendo o número ACE (Arquivo Cronológico de Entrada) nº 10847/85 (ARQUIVO NACIONAL, ([2022b]), dando entrada em 06 de março de 1985 em Brasília. Este dossiê contém um Telex com mensagem de envio de informação sobre o “VII Encontro Nacional Feminista” promovido no “Centro de Defesa dos Direitos da Mulher”, em Belo Horizonte, anexando informações a respeito da programação, denominação das entidades promotoras, lista de convidados e relatos de acompanhamento do evento, feitos por agentes destacados para nele atuarem. O documento segue um padrão de apresentação comum à maioria dos documentos estudados, variando apenas a ordem como são dispostos os itens, assim como a eventual presença/ausência de análise do agente de informação; tais documentos eram numerados de 1 a 6, a saber:

1. A promoção do evento, a data de realização, o local, e o nome do evento e Coordenação;
2. Objetivos do evento;

3. Assuntos abordados
4. Resultados
5. Participantes do evento (pessoas e grupos)
6. Análise do evento pelo agente de informação.

Assim, segue-se abaixo um exemplo dos registros:

1. Promovido pelo “Centro de Defesa dos Direitos da Mulher”, realizou-se entre os dias 05 e 07 de abril de 1985, na Faculdade de Filosofia e Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), o “VII Encontro Nacional Feminista”, coordenado por Maria da Conceição Marques Rubinger, Ana Lucia Souza, Karin Ellen Von Snigay e Celina Albano.
2. Um dos objetivos, desse evento, relatado pelo agente: “aprofundar a reflexão sobre a condição da mulher na sociedade e desenvolver o movimento feminista”.
3. Os assuntos abordados foram: Feminismo e sexualidade, Feminismo, educação e cultura, Feminismo e saúde, Feminismo e violência, Feminismo e política e Feminismo e trabalho.
4. O agente relata a participação de cerca de 120 mulheres de diversos estados da federação, que foram divididas em grupos de reflexão e análise, cujo resultado foi apresentado em assembleia final. Eis os temas abordados: Fiscalização dos programas de saúde relativos à mulher, controle rigoroso de medicamentos nocivos a mulher. e proposta de criação da “Fundação Conselho Nacional da Mulher”. Sobre o último assunto, o agente ressalta que o presidente eleito Tancredo Neves propôs a sua criação, nomeando a Deputada Júnia Marize de Azevedo Coutinho para organizar essa fundação. Outro ponto explorado foi a participação em evento, que aconteceria em São Paulo, “I Encontro de Trabalhadores Latino-Americanos”, no período de 12 a 20 de abril de 1985, onde seria tratado sobre o grande tema “saúde”, e se proporia a criação de um “Tribunal da Saúde da Mulher”.
5. As participantes do “VII Encontro Nacional Feminista” foram: Lúcia Arruda – PT Rio de Janeiro, Vanda Prado RJ Mariza Figueiredo RJ, Maria do Socorro Moraes Vieira, militante do Partido Comunista do Brasil e membro do “Conselho Estadual da Mulher em Minas Gerais”, Maria Cecilia Magalhães, Ildete Melo. As entidades participantes foram: “Movimento Popular da Mulher”, “Departamento Feminino do Partido do Movimento Democrático Brasileiro” (PMDB), “Grupo Feminista Sempre Viva”, “Movimento das Donas de Casa”, “Conselho Estadual da Mulher em Minas Gerais”, “Movimento Pró Creche”, “Centro de Defesa dos Direitos da Mulher”.

6. O agente do SNI relata, ainda, que o Encontro “pelo que consegui apurar, não conseguiu atingir totalmente os objetivos previstos, tendo em vista o extenso programa e a falta de coordenação melhor, O evento obteve pouca repercussão na imprensa e a presença de mulheres foi inferior à que se esperava” (fls.3).

O relato acima mostra que, mesmo no período da redemocratização, o SNI vigiava o movimento feminista. O documento demonstra que o feminismo buscava espaço nas políticas públicas e no atendimento de demandas da mulher, como a saúde, o que corrobora com as afirmações de Sarti (2001). Pinto (2010), por sua vez, ressalta que nos anos de 1980 o movimento feminista estava voltado para ampla gama de temas, como violência, sexualidade, direitos como à saúde, luta contra o racismo, igualdade no casamento e opções sexuais, o que também pode ser verificado no documento analisado.

A narração do agente de informação, que menospreza o alcance de objetivos do Encontro e vê no movimento feminista pouca visibilidade, mesmo com a presença de 120 mulheres no evento, é retrato de uma estrutura patriarcal de poder que não permite dar lugar a outros atores, principalmente no mundo público. Há sempre a tentativa de diminuir, obscurecer e limitar o alcance das discussões afeta ao público feminino.

Relatórios analíticos dos agentes do SNI sobre a literatura circulante com o tema feminismo (panfletos, boletins, recorte de jornais e revistas): Os relatórios contam com um documento relativo à apresentação do conteúdo a que se refere o panfleto, recorte de jornal, boletins, revista e a cópia do documento publicado ou apenas o recorte da matéria escrita pelo veículo que comunica, seja ele qual for. Os tipos documentais “Informação” ou “Apreciação” são usados nesta categoria. A análise resume-se a apresentação do documento, com destaque a trechos que seriam críticos ao regime, seja por publicação de “palavras de ordem” a favor do comunismo ou socialismo, ou por opiniões contrárias a ditadura, a repressão, e a tortura. Ressalta-se que não há indícios de quais ou quantos agentes foram necessários para o levantamento e confecção das informações, não há assinatura nos documentos, o que é características de todos os 70 dossiês recuperados nesta pesquisa. Distingue-se cinco dossiês desta categoria, cujo assunto é “análise de propaganda adversa” ou “literatura adversa”, o que demonstra o lugar destinado ao movimento feminista pelo governo militar. O dossiê escolhido para análise foi o ACE nº 10863/80 (ARQUIVO NACIONAL, [2022c]), produzido pela Agência Central do SNI, em 04/08/1980. Fazem parte desse dossiê o Memoriando nº 1129/02/CH/GAB/SNI, de 04/08/1980 e a Apreciação nº 1580/43/AC/80 de 28/07/1980, com análise da propaganda adversa do Jornal “Em Tempo”, nº 110 de 17 de julho de 1980; o Memorando nº 1232/02/CH/GAB/SNI, de 20/08/1980, encaminhando a Apreciação nº

1637/43/AC/80 de 07/08/1980, com análise da propaganda adversa do Jornal “Em Tempo”, nº 111 de 17 de julho de 1980; e o Memorando nº 1452/02/CH/GAB/SNI de 30 de setembro de 1980, encaminhando a Apreciação nº 1977/43/AC/80 de 17/09/1980, com a análise da propaganda adversa do Jornal “ Em Tempo”, nº 114 de 11 de setembro de 1980. Os documentos foram encaminhados ao Ministro do SNI, ao CENIMAR, CIE, CISA e DSI/MJ (Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça).

O conteúdo vinculado que faz alusão ao movimento feminista se encontra no exemplar do quinzenário “Em tempo” nº 114, último analisado no dossiê. O analista faz uma pequena introdução apresentando o “Em tempo” como reincidente em veicular “propaganda adversa”. O exemplar teria os seguintes objetivos: “Indispor a população contra autoridades e instituições, incentivar movimentos grevistas, apoiar movimentos sindicais espúrios e fazer propaganda comunista generalizada” (fls. 15). São destacadas os títulos e trechos “mais contundentes”: “1. Barbacena - MG: O Exército faz de conta que apura o terrorismo, a palhaçada não tem limites; 2. Greve Nacional: um salto de qualidade”. Conclui-se o documento informando que o jornal volta a “infringir dispositivos que permitem o seu enquadramento legal”.

Nestes registros documentais observa-se o total desinteresse em comentar/examinar duas manchetes que mencionam a mulher e a participação do movimento feminista na luta por direitos. Aos olhos do analista, não foi importante anunciar a manchete “A briga pelas creches”, constante na página 18 do jornal, nem a “A solução é a mesma”, na página 19. A primeira matéria consistia em entrevista, que foi concedida por três mulheres, Raquel, Amelinha e Clara, que relataram a mobilização ocorrida no “Congresso da Mulher Paulista” envolvendo mulheres de classe média e da periferia. Elas organizaram um movimento para construção de creches “diretas”, mantidas pela Prefeitura. A matéria explora a questão da participação das feministas no movimento, perguntando a uma das entrevistadas, Raquel, qual foi a participação delas na luta pelas creches. Ela relata que enquanto o movimento estava centralizado, com reuniões no sindicato dos jornalistas no centro de São Paulo, elas participavam. Quando o movimento se regionalizou devido às necessidades das mulheres de periferia, as feministas abandonaram o movimento. Entretanto, Raquel entende que não se pode falar de liberdade e em participar do mundo se “você precisa ficar amarrada aos filhos” (fls. 18), ela declara que a luta pelas creches é uma luta feminista que perpassa pelo questionamento educação diferenciada por gênero. A segunda matéria, na esteira da primeira, relatava a questão da carência de creches no Rio Grande do Sul, descrito pela “Folha da Tarde”, diário gaúcho. A ausência de estrutura que acolhesse as crianças foi tratada na

“Semana Sindical Independente”, como uma demanda da mulher trabalhadora, cujo movimento feminista ajudou, ao estruturar uma mobilização e uma campanha que divulgava o problema da “guarda das crianças durante as horas em que os pais devem ir ao trabalho” (fls. 19).

Em ambos os registros, apesar da importância do assunto para a sociedade e para as mulheres, não houve nenhuma manifestação do agente do SNI, talvez por acreditar ser uma notícia menor, irrelevante ou que não era adversa ao regime ditatorial. De fato, a ausência da participação da mulher nas políticas públicas não apresentava uma ameaça a ditadura, que as consideravam, por assim dizer, figuras coadjuvantes, “sombras leves” (PERROT, 2005).

Quanto à questão abordada na entrevista das três mulheres e o “abandono das feministas” quando da descentralização das reuniões para luta pelas creches, se faz necessária uma reflexão. As mulheres feministas que eram militantes contundentes contra o regime ditatorial, sendo que muitas haviam sido participantes da luta armada, geralmente eram aquelas oriundas das classes mais altas, estudantes das universidades, conforme observa Ribeiro (2018). As mulheres organizadas na periferia objetivavam a igualdade social e assistência pública. Há uma dicotomia em relação as finalidades, embora não excludentes entre esses grupos. Isso não tornava o feminismo um movimento desorganizado, mas pulverizou sua força. Esta pode ser uma explicação para a pouca relevância dada pelo SNI em relação a outros movimentos como o das sindicalistas, por exemplo. Embora renegada ao lapso, os que pertencem a estrutura do Estado ditatorial não atentam para a relação complexa da atuação da mulher no interior das famílias, que cada vez mais resistiam e sobreviviam ao regime. Ribeiro (2018) aponta que a mulher tinha um papel político no lar, como o de estabelecer identidades e transmitir ideologias. A luta pelo direito de participarem nas definições de política públicas deve ser visto, portanto, como um engajamento na luta pela redemocratização. Eventualmente, a fala feminina a respeito de problemas domésticos e familiares se converte em força, ecoando nas ruas. Assim, mesmo esmaecidas pelo SNI, as mulheres tiveram seu papel de resistência à “ditadura”.

- Relatórios de informação de periódicos sobre o movimento feminista no Brasil o dossiê escolhido para análise foi o ACE nº 59708/8 (ARQUIVO NACIONAL, [2022d]), produzido pelo Ministério do Exército CIE Relatório Especial de Informação nº 05/83, de 09 de junho de 1983 e recebido no SNI na agência central em 14 de junho de 1983 e difundido para os o CIE, CENIMAR e CISA. O objetivo do relatório descrito às fls. 5 era “o presente REI tem por objetivo fornecer subsídios para estudo de analistas, tendo em vista o aproveitamento que as OS pretendem fazer do chamado Movimento Feminista. De acordo com o item II do art.65 do

Regulamento para salvaguarda de Assuntos Sigilosos (Decreto nº 79,099, de 06 de jan 77), ficam os destinatários destes relatórios autorizados a difundir às agências que lhe forem subordinadas, os itens que julgarem convenientes”. O documento, redigido em 66 páginas, descreve o movimento feminista, utilizando-se dos seguintes tópicos:

1. Considerações Iniciais: Estabelece-se um quadro do feminismo a partir de 1975, caracterizado por “pessoas e grupos interessados no debate livre e descompromissado das questões afetas às mulheres, repudiando a inserção de cunho político de falsos e interesseiros participantes. Inferiorizados numericamente, tais grupos são alvo de críticas por suas posições estudiosas e conservadoras, sem lugar nas colocações revolucionárias e renovadoras” (Fls 5-6).
2. Situação da mulher na sociedade: Este tópico analisa que a mulher assume trabalhos fora da esfera doméstica e isso levou ao despertar da militante feminista, que “objetiva um lugar nas lutas e conquistas político-sociais” (fls. 8). Esse documento prossegue, informando sobre o movimento e ressalta a publicação de um livro de Rose Marie Muraro, feminista militante do PCB, “Sexualidade da mulher brasileira”, abordando a liberdade sexual feminina. Relata também sobre a importância do trabalho feminino e que o movimento não é isolado e conta com apoio de outros movimentos, que tem ações em comum, “dentro da conscientização de massas, tão pretendida por facções esquerdistas que sonham com o Poder” (fls. 10).
3. Histórico do Movimento Feminista: há uma linha do tempo começando da Grécia Antiga até o sufrágio universal, procurando enfatizar que a luta das mulheres por igualdade com os homens. São citadas Berta Lutz, e a “Federação das Mulheres do Brasil”, fundada em 1944, que obteve projeção “no âmbito nacional e internacional” (fls.13).
4. Outro aspecto registrado pela documentação do SNI diz respeito à conceituação do feminismo: “O feminismo não representa uma aspiração social recente, o que dificulta uma definição mais precisa. Tal afirmativa é válida quando se constata que o (feminismo ou movimento feminista) traduz um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano e que não tem ponto predeterminado de chegada.” (fls. 14). Em determinado ponto é observado que algumas feministas consideram que o sexo é político, pois contém relações de poder e hierarquia. Por outro lado, esse mesmo texto registra que existem grupos de mulheres que lutam por causas feministas sem estarem vinculada às organizações políticas e que, segundo o documento, os

esquerdistas as consideram massa de manobra dos fascistas, sendo por isso alvo de “críticas e ridicularismo, numa colocação e comportamento próprios dos esquerdistas” (fls. 16). Segue-se a apresentação dos objetivos do movimento feminista sem conotação de militância política: igualdade, educação, sexualidade, contra discriminação, trabalho e salário igualitário aos homens, creche, maternidade, participação na política, sendo esse último item paradoxal e contraditório.

5. Participação Política da Mulher: mostra a proposta política de partidos, como o PCB, PC do B, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), PMDB, PDT, PDS, PTB, PT, e a representatividade das mulheres em percentual nos partidos. É acachapante a participação das mulheres no PT: “quase 40% do núcleo de base” (fls.22).

6. Atuação e Interesse dos Partidos Comunistas: a perspectiva desses partidos é considerada tendenciosa, no sentido de que os partidos comunistas e o MR-8 (embora o MR-8 não fosse um partido, mas um movimento de extrema esquerda, de ideologia marxista-leninista) tendem a considerar o movimento feminista num movimento popular em busca de direitos, movimento inserido num projeto de revolução socialista.

7. Situação atual do movimento: O movimento feminista, no final do período ditatorial, é visto como tendendo à expansão, com criação de “Federações”, mas o relatório em questão também chama a atenção para o fato de os comunistas rotularem as feministas não politizadas de “alienadas”, já que estão “sujeitas a opressões específicas devido ao desconhecimento dos problemas gerais do país, aquelas mulheres não sensibilizadas pelas causas subversivas” (fls. 29); e termina relatando: “constata-se uma crescente participação das mulheres em movimentos ou manifestações reivindicatórias” e “um número maior de mulheres que assimilam as mensagens elaboradas pelos comunistas e por representantes feministas interessadas em contestar os costumes e o próprio governo” (fls. 30).

8. Dia Internacional da Mulher – 1983: lista todas as comemorações ocorridas no país por estado da federação, atos e manifestos, coordenadoras do movimento, sejam as mulheres, sejam as entidades feministas envolvidas.

9. Conclusão: movimento feminista tende a crescer e alcançar seus objetivos. Mas atuando “isoladamente e autônomo, dentro do movimento de massa, tudo indica, não tem significado mais amplo e que venha a motivar mudanças das estruturas sociais”. Mas se o movimento se integrar às organizações subversivas, o movimento é

“merecedor de acompanhamento e da identificação dos propósitos de suas lideranças” (fls. 55).

10. Anexo: São listadas 48 entidades feministas, por estado, com o nome das líderes, vinculações partidárias ou não, eventos em 1983 e observações (se o movimento é “simpatizante” a partidos comunistas).

O relatório do CIE é revelador sobre a expansão do feminismo, e do suposto perigo do mesmo ser influenciado pelos “comunistas”. Embora também documente as críticas dos comunistas a esse movimento. Para os agentes do SNI, a capilaridade do movimento feminista nos diversos estados da federação poderia engrossar as vozes dos insurgentes e criar um problema. Assim sendo, era preciso vigiar as organizações e lideranças feministas. Nota-se nos documentos analisados que há uma simpatia do movimento pelos partidos “de esquerda”, até mesmo pelo número de mulheres inseridas e neles atuantes, como no caso do PT.

4 CONCLUSÃO

O despertar da consciência feminina aparece nos dossiês analisados neste trabalho, com a luta da mulher pela sua liberdade e espaço na esfera pública. As relações sociais baseadas em discriminação e opressão não deveriam mais perdurar. Nas décadas de 1970 e 1980 observa-se que o movimento feminista toma corpo e as teorizações sobre o tema tornam-se efervescentes, com propostas de mudanças culturais e políticas.

Embora o SNI tenha negligenciado atos feministas fora do espaço público, e o serviço perpetua a vigilância do movimento até 1989, quando o “monstro” da polícia política passa a perder força. Isso se deve, provavelmente, ao receio de que este movimento se unisse a causas maiores socialistas e passasse a incomodar o *status quo* da ditadura civil-militar. Manter a ordem política e social era imprescindível para a “revolução”, o que é evidenciado nos documentos.

A opacidade das mulheres nos arquivos públicos se reflete em sua ausência na historiografia brasileira. A partir dos documentos do fundo SNI revela-se que se faz necessário quebrar esse silêncio, estudar a atuação das mulheres, numa sociedade representada majoritariamente por estruturas de poder masculinas.

O Arquivo Nacional permite, através da plataforma SIAN, que pesquisadores tenham acesso à ampla gama de fundos, de instituições públicas, que ainda carecem de análise quanto a representatividade feminina e do movimento feminista no Brasil. É preciso lançar luz sobre

o tema, impedindo que se perpetue o apagamento da memória e da história feminina no país.

A existência do feminismo marca uma forma de resistência contra o sexismo e contra a violência política e jurídica, haja vista as modificações promovidas pela participação crescente das mulheres nas políticas públicas e na mudança da legislação, firmando direitos igualitários.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Diretório Brasil de Arquivos. DIBRARQ. **Fundo/Coleção V8: Serviço Nacional de Informações**. 2012. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/servico-nacional-de-informacoes-2>. Acesso em: 7 dez. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. **Criação do serviço nacional de informações**: mensagem ao congresso no que diz respeito a Lei n. 43341, de 13 de junho de 1964, e a organização ministerial de 1974 – Dossiê.BR_DFANBSB_V8_TXT_AGR_NRE_0050_d0001de0001.pdf. [2022a]. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1528595&v_abas=1. Acesso em: 17 jan. 2022.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. **Dossiê VII encontro nacional feminista**. BR_DFANBSB_V8_MIC, GNC.OOO.85010847. Disponível em: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_OOO_85010847_d0001de0001.pdf. [2022b]. Acesso em: 23 jan. 2022.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. **Dossiê análise de propaganda adversa jornal em tempo número 114, de 11 a 24 set 80**. BR_DFANBSB_V8_MIC, GNC.AAA.80010863. [2022c]. Disponível em: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80010863_d0001de0001.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022

ARQUIVO NACIONAL. Fundo Serviço Nacional de Informações. **Dossiê movimento feminista se122 ac**. BR_DFANBSB_V8_MIC, GNC.AAA.86059708. [2022d]. Disponível em: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_86059708_d0001de0002.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jun. 1964.

COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS. Volta Redonda. **Relatório Final (2013-2015)**. Disponível em: https://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/Volta%20Redonda/Relatorio%20Final%20CMV%20VR.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE EM MINAS GERAIS (Covemg). **Relatório**:

Governo do Estado. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. Disponível em: www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/5b7b1873e9adc5.74798532/Comisso%20da%20Verdade%20em%20Minas%20Gerais_Relatrio%20Final_2017.compressed.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.

CPDOC. Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/federacao-brasileira-pelo-progresso-feminino>. Acesso em: 18 jan. 2022.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PINTO, C. R. J. P. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RODRIGUES, V. A. C. **Documentos (in)visíveis**: arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil. Aracaju: Edise, 2017.

SARTI, C. A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 31-48, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 dez. 2020.

SILVA, J. da S. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987)**. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUSA, L. G. P. de; SOMBRIO, M. M. de O.; LOPES, M. M. Para ler Bertha Lutz. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 24, p. 315-325, jan./jun. 2005.

TELES, M. A. **Breve História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.